



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA (28ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos oito dias do mês de setembro do ano dois mil e quatorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Vigésima Oitava (28ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 04 de setembro de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Luiz Antônio Guarnieri (12), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Vereador Daniel Gasparini dos Santos para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, neste ponto dos trabalhos, a *Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros solicitou a suspensão da sessão, para atendimento aos pais de alunos, que utilizam o transporte escolar rural*, com exposição das reivindicações pelo senhor *José Osmar Ferreira Camargo*, o que foi aprovado, por unanimidade, e a sessão foi suspensa às 18h45 e reaberta às 18h55. Ato contínuo, Questão de Ordem, o Vereador Luiz Antonio Guarnieri requereu, *conforme estabelece o Artigo 1º, § 1º, I, das Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02 da Câmara Municipal, realização da Tribuna Livre entre o “Expediente” e a “Ordem do Dia”*, o que foi aprovado, unanimemente, pelo Plenário. Posto isto, dando por efetivamente iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Vigésima Sétima (27ª) Sessão Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2014, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 91, de 2014, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “alterando a denominação do atual logradouro Rua Professor Ferreira Lima, centro, para Rua Rosa Colosso Zaniboni”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 92, de 2014, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “dispondo sobre a proibição da venda do cigarro eletrônico, para menores de idade, estabelecendo penalidades e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 93, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 75/2014, datada de 01/09/2014, objeto do Ofício nº 75/2014, de igual data, “dispondo sobre permissão de uso, a título precário e sem ônus, de bem público, que especifica, à 2ª Companhia de Polícia Militar de Mogi Mirim e dando outras



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 4. Projeto de Lei nº 94, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 76/2014, datada de 03/09/2014, objeto do Ofício nº 76/2014, de igual data, “dispondo sobre alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 4.354, de 2007, que versa sobre a alienação, por venda, mediante concorrência pública, de lotes de terrenos constantes do Loteamento Popular Jardim Linda Chaib”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 95, de 2014, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre o programa Muros que Evangelizam, que autoriza a pintura de muros, em imóveis particulares, com temas religiosos, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Lei nº 96, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 77/2014, datada de 05/09/2014, objeto do Ofício nº 77/2014, de igual data, “autorizando o Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim a instituir o Programa Especial para Pagamento de Débitos e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com os Ofícios nºs. 75, 76 e 77/2014 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 93, 94 e 96/2014 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº. 464, de 2014, do Vereador Dr. Ary Augusto dos Reis Macedo, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei, que dispõe sobre a criação da Campanha Educativa Multa Moral, nos estacionamento públicos e privados, e dando outras providências”; nºs 465 e 466, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

convidada a Secretária de Projetos e captação de Recursos, Dra. Beatriz Amoêdo Campos Gualda, a comparecer no Plenário da Câmara, no dia 15 de setembro de 2014, às 18h30, para prestar esclarecimentos sobre a verba destinada ao desassoreamento e revitalização das lagoas do Complexo Lavapés” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a execução das leis n°s 2.950/98 e 2.962/98, que dispõem sobre o serviço de Guincho Municipal, a saber, como o munícipe deve fazer para requerer tal serviço, quais os documentos necessários e o tempo de demora no atendimento da solicitação”; n°s 467, 473 e 476, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, juntamente o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID, para que informem sobre o andamento dos projetos 004065/2013, 004066/2013 e 004068/2013, apresentados por esta municipalidade e aprovados sem ressalvas”, “seja oficiada a Secretaria Municipal de Segurança Pública, requerendo informações sobre manutenção dos hidrantes na cidade, quantos existem, onde se localizam e como é feita a manutenção” e “seja oficiado a Secretaria de Obras e Planejamento, para que informe sobre o andamento das obras do Parque das Laranjeiras”; n°s 468 e 469, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a realização de limpeza no Córrego Santo Antonio” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre projeto de manutenção, ou reforma, na ponte da estrada rural MMR-201, no trecho limite do Município de Mogi Mirim”; n°s 470 e 471, de 2014, do Sr. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe à Casa se há projeto da municipalidade, para readequar a passagem de pedestres, nos trechos onde existem defensas, como na Rua Paulo dos Reis Junqueira” e “seja



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe à Casa o real motivo da desordem que se tornou o transporte escolar, principalmente, na zona rural”; nº 472, de 2014, do Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe à Casa, através das Secretarias Municipais de Captação, Gestão e Controle e Administração e Finanças, reiterando sobre a viabilidade de atendimento da Indicação nº 392/2014, acerca das viaturas do Corpo de Bombeiros”; nºs 474, de 2014, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe à Casa sobre o transporte escolar, nome de motoristas municipais, que estão realizando a tarefa, e outros dados, tais como, cópia das CNHs e certificados de conclusão de curso para transporte escolar, cópia dos certificados de registro e dos licenciamentos dos veículos municipais e particulares, respectivos laudos de vistoria CIRETRAN, e cópia dos contratos firmados entre Prefeitura Municipal e empresas Viação Benfica, Willtur e Etcotur”; nº 477, de 2014, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, bem como a Secretária de Meio Ambiente, a CETESB e o Subprefeito de Martim Francisco, para que informem sobre área, localizada ao lado da escola Bráulio José Valentim, no Distrito de Martim Francisco, se é área de preservação ambiental, ou não, já que a Prefeitura efetua obra no local”. O Requerimento nº 475, da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o envio de representação ao Ministério Público, que versa sobre suposto superfaturamento na contratação de buffet pelo município”, teve sua discussão requerida nos termos do disposto no Artigo 152, §3º; 153, IX do Regimento Interno, pelo Vereador Waldemar Marcurio Filho; (à Ordem do Dia da próxima sessão). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nºs 560, 561, 562, 565 e 566, de 2014, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “limpeza da área verde, localizada próximo ao Kartódromo, no Complexo Lavapés”, “recuperação na mina d’água, localizada na Rua Manaus, no Bairro CECAP”, “manutenção em bueiro, localizado na Praça Pedro Plínio Bianchi, em frente ao Supermercado Lavapés, Vila Bianchi”, “nivelamento na tampa de bueiro, localizado na Rua Eliana Agostin, no Jardim Sbeghen II” e “nivelamento nas tampas de bueiros, localizados no Morro do Sufoco, Bairro Mirante”; n°s 563 e 564, de 2014, da Vereadora Daniela Dalben Mota, sugerindo, respectivamente, “colocação de um ponto de ônibus na Rua João Bordignon, centro da cidade” e “estudos para colocação de um semáforo no cruzamento da Rua João Soares de Camargo, com Rua Marciliano e Rua João Bordignon, centro da cidade”; n°s 567, 568 e 569, de 2014, do Vereador Luiz Antonio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “melhorias no setor da limpeza urbana, com aquisição de dois caminhões, para coleta de entulhos e resíduos da construção civil”, “instalação de cercamento adequado no Aterro Municipal de Inertes e Resíduos da Construção Civil Municipal” e “limpeza na Praça Ibrantina Cardona”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): n°. 62, de 2014, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de profundo pesar pelo passamento do Sr. Sebastião Dovigo Filho, ocorrido em 27 de agosto último”; n°. 63, de 2014, da Vereadora senhorita Dayane Amaro Costa e outro, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com o Corpo de Bombeiros de Mogi Mirim, pela atuação no combate ao incêndio, ocorrido em 29 de agosto de 2014, no Horto Florestal, às margens da Rodovia SP – 147”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n°s. 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, datados de 28 de agosto e 1º, 02 e 04



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de setembro de 2014, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 416/2014; Requerimento nº 438/2014; Indicação nº 357/2014; Indicação nº 485/2014; Indicação nº 392/2014; Indicação nº 388/2014; Indicação nº 515/2014; Indicação nº 496/2014; Indicação nº 524/2014; Indicação nº 498/2014; Indicação nº 520/2014; Indicação nº 472/2014; Indicação nº 503/2014; Requerimento nº 403/2014; Requerimento nº 437/2014; Requerimento nº 105/2014; Requerimento nº 452/2014; Indicação nº 543/2014; Requerimento nº 430/2014; Indicação nº 545/2014, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Telegramas referências: nºs. 001947, 001948, 001949, 014136, 007949, 007950, 007951, 020303, 020304, 020305, 032530, 044736, de 2014, datados de 1º de setembro de 2014, assinados pela Secretária Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Como a primeira inscrita, Vereadora Dayane Amaro Costa, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Dr. Ary Augusto dos Reis Macedo, que comentou a respeito do requerimento de sua autoria, através do qual encaminhou minuta de projeto ao Prefeito de Mogi Mirim, dispondo sobre a criação da Campanha Educativa ‘Multa Moral’, nos estacionamentos públicos e privados, para pessoas que estacionam seus veículos em vagas destinadas, exclusivamente, aos idosos e pessoas com deficiência. Para encerrar, explicou que eram várias as reclamações sobre o assunto e que a população devia ser reeducada, através de campanhas, na busca de uma conscientização plena, de que as vagas eram reservadas, única e exclusivamente, aos idosos e deficientes. Na sequência fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. Esta falou sobre o transporte escolar rural, declarando que concordava



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com a fala do representante dos pais de alunos, orador que tinha discursado durante a Tribuna Livre; que uma reunião para trato da questão havia sido agendada para a próxima quarta-feira, junto ao Gabinete do Prefeito; que o staff do Gabinete do Prefeito daria, certamente, uma série de justificativas a respeito, mas a vereadora não percebia alguma, que mostrasse algum trabalho competente da administração, porque se tratava de um trabalho que lidava com vidas de crianças e de adolescentes, existindo, de fato, uma responsabilidade envolta, a qual não poderia ser levada na brincadeira; que estava acompanhando os fatos, portanto sabia que não estava ocorrendo licitação alguma no transporte escolar, mas apenas os contratos renovados, sem licitação; que os motoristas antigos haviam sido convocados à Prefeitura, com algumas justificativas de falhas e erros, sendo avisados de que o contrato era findo, iniciando a administração uma licitação, de última hora, a qual fora suspensa pelo Tribunal de Contas, conseqüentemente, deixando os alunos sem aulas até que tudo fosse resolvido; que, para não assumir tal situação em período eleitoral, tentando evitar desgastes, a administração havia convocado seus motoristas, que nunca antes tinham executado aquele tipo de transporte, desviando-os de suas funções, em outros setores, para assumir o serviço do transporte rural, em cima da hora, que isso era brincar com a vida das pessoas e que, os pais deveriam estar presentes na reunião, agendada para a quarta-feira, para cobrar uma saída correta, mesmo porque parte da Prefeitura estava parada, sem funcionar, uma vez que os motoristas estavam fazendo falta, em seus postos de origem. Depois, passou a discorrer sobre os a gestão de seu marido, o ex-prefeito de Mogi Mirim, Dr. Paulo de Oliveira e Silva, dizendo que ele havia sido gestor por dois mandatos, consecutivos, e que, à época, fora honrado pelas lideranças da cidade, identificado como um administrador eficiente, bem diferente dos que o tinham sucedido, lembrando ainda, citação do jornalista Mauro Adorno, eu dissera que ‘Mogi Mirim ainda vivia de empresas trazidas por Paulo Silva’. “Não estaria colocando isso aqui,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

não acho o local correto, mas o meu marido foi administrador por dois mandatos e honrado pelas lideranças, como administrador eficiente, em época de poucos recursos, orçamento baixo, bem diferente dos que vieram depois dele, ninguém pode falar nada contra ele; eu não sou o meu marido e eu não sou robô – tenho história de engajamento político desde a ditadura militar, portanto, não venho aqui, fazer às vezes do meu marido, faço porque eu acredito que existem coisas erradas e procuro sempre alertar, a fim de que a administração não tenha prejuízo e mude a sua conduta, então, tenho orgulho do meu trabalho e agradeço à equipe eficiente que tenho comigo”, finalizou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, que citou o Projeto de Lei nº 96/2014, lido na presente sessão, autorizando o Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim a instituir o Programa Especial para Pagamento de Débitos. “Há tempos, defendemos o parcelamento de dívidas para o SAAE e, hoje, o Prefeito apresentou esse projeto, uma prova do sucesso obtido com a arrecadação de dívidas atrasadas e, para a autarquia, isso vai ser algo bom, porque o dinheiro vai entrar, e será saudável também ao município, que quer pagar suas dívidas, de forma parcelada, portanto, estamos felizes, porque fomos ouvidos, o novo presidente viu nossa minuta e sentiu a necessidade do projeto”, salientou, concluindo. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho que, de início, justificou o seu pedido de discussão para o Requerimento nº 475/2014, de autoria da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, explicando que, no seu entendimento, o assunto objeto do requerimento já havia sido debatido pela Casa, portanto, não competindo à Câmara nova avaliação sobre um mesmo tema, conforme o exposto no Artigo 154, VII, do Regimento Interno. Depois, falou a respeito do Requerimento nº 477/2014, do Vereador Cinoê Duzo, que solicitava explicações, por parte do Prefeito, a respeito de terreno, sito ao lado da escola Bráulio José Valentim, localizada no distrito de Martim Francisco. Salientou que o vereador, às vezes, se esquecia de que era professor e de que os professores e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

populares não tinham onde estacionar, quando compareciam à escola, e que, qualquer evento realizado no distrito, com acúmulo de veículos, travava, completamente, a Avenida Luiz Pilla. “Depois de questionamentos a respeito do terreno – que era um elefante branco, depois da análise da água da nascente ali existente, depois de feitos canalização e aterro, tudo para benefícios no próprio terreno, espanta-me ver o vereador questionar o assunto e seria bom que ele falasse isso aos demais professores de Martim Francisco”, grifou. Sobre o caso do transporte escolar rural, o Vereador do PT destacou que essa fora ‘a barbárie da semana’; que tinha sido procurado por vários pais, que lhe tinham trazido casos espantosos, como, por exemplo, crianças que tinham ido à escola, mas dela não tinham retornado, para desespero dos pais; que tudo isso era incompetência da Secretaria Municipal de Educação; que havia uma inspeção veicular, com vários itens de segurança a serem checados; que os motoristas tinham feito um curso de cinco dias, às pressas, para aprenderem a dirigir ônibus; que tudo era pura incompetência da Secretaria Municipal de Educação, ou seja, da própria Secretária Municipal de Educação, a ex-vereadora Marcia Róttoli de Oliveira Masotti, com o apoio do Prefeito, que a havia nomeado; que o caos fora instalado no distrito de Martim Francisco e no município inteiro; que os verdadeiros beneficiados com o transporte escolar deveriam ser as crianças, algo que não estava ocorrendo; que preferia defender os pequenos empresários, autônomos, que tinham uma perua, uma única van, ou um ônibus, e que faziam o trabalho com grande responsabilidade, haja vista que eram possuidores de um único veículo, focando nele toda a atenção, como um bem precioso, único patrimônio e ganha pão, e que, não defendia as grandes empresas, mas um transporte digno para as crianças mogimirianas. Para encerrar, endossou que o problema se dera por falta de competência da Secretária Municipal de Educação e que, faria questão de participar da reunião, para trato da problemática, marcada para a próxima quarta-feira, no Gabinete do Prefeito. Como o próximo inscrito, Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Manoel Eduardo P. C. Palomino, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, também falando sobre os problemas do transporte escolar rural. Disse que, assim como em vários processos que a prefeitura vinha realizando, também a questão do transporte escolar apresentava problemas, algo que ele sabia que resultaria em crise, pois estava ‘escrito nas estrelas’. Aclarou que tudo era muito mal feito e mal organizado na administração municipal; que a situação era lamentável; que tinha recebido várias ligações de pais que reclamavam de casos esdrúxulos; que concordava com a fala do Vereador Waldemar Marcurio, que havia dito a culpa cabia à Secretária Municipal de Educação, a ex-vereadora Márcia Róttoli Masotti, que, enquanto vereadora na Casa, sempre esbravejara e atacara todo mundo, perguntando onde estava a organização da Secretaria de Educação, coisa que ele, orador, não conseguia ver, e que, todas as licitações, feitas pela Prefeitura de Mogi Mirim, apresentavam problemas. Perguntou se isso seria falta de competência de quem organizava as licitações, lembrando a todos, como exemplo, a licitação feita para compra do material escolar, que resultara ‘em nada’, e questionou ainda, a compra de alimentos de produtores municipais, que nunca se efetivara, mesmo já estando a administração no meio do seu segundo ano de mandato. “Infelizmente, isso se chama administração fajuta – coroada pela incompetência, incompetência também do prefeito, que colocou pessoas erradas nos cargos que ocupam, embora não sejam todos, pois existem pouquíssimos secretários que funcionam, como Valdir Biazotto e Dirceu Paulino, mas a grande maioria é uma lástima”, frisou. Ratificou que havia muita incompetência no Poder Executivo e que seria de bom tom que os vereadores da situação se manifestassem, porque os opositoristas nunca se encontravam com o Prefeito, posto que ele não se deixava encontrar. “Todos os prefeitos que conheci, antes de Carlos Nelson Bueno, recebiam os vereadores no gabinete, mas, agora, se você não marcar antecipado, você não tem acesso ao Chefe do Executivo e eu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

não quero desanimar ninguém, mas já falei várias vezes, que a lástima vai continuar por muito tempo e a nossa briga é para ver diminuir a lástima, porque ela já está instalada”, observou e finalizou sua fala. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo, que também se posicionou sobre o transporte escolar rural, dizendo que a Secretária Municipal de Educação e o Prefeito de Mogi Mirim tinham conseguido atrapalhar algo que sempre dera muito certo, e que, antes disso, tinham conseguido tirar o trabalho de pessoas responsáveis e sérias, revelando uma total falta de planejamento e organização de governo, uma coisa realmente impressionante e sem medir qualquer consequência. Relatou vários casos, trazidos pelos seus alunos, de atrasos no transporte, e disse que a responsabilidade não era da nova equipe de motoristas, mas sim do Prefeito, do Vice-Prefeito e da Secretária Municipal de Educação, pessoas que estavam à frente nas decisões. “As mães, com medo de mais atrasos e demoras, deixaram de enviar os filhos à escola e a Secretaria sequer avisou os pais sobre as mudanças que pretendia fazer e nem deu treinamento aos motoristas, profissionais que nunca tinham feito o trajeto na zona rural”, exemplificou. Frisou que a equipe anterior fazia o trajeto há tempos, que o seguia, fielmente, e que, se houvesse atraso, os motoristas procuravam a direção da escola para dar satisfações. Depois, questionou a demora na realização da reunião, perguntando por que fora agendada somente para a próxima quarta-feira, quando o assunto já deveria ter sido resolvido há muito tempo. “Por que não se realizou uma reunião na sexta-feira passada, ou no domingo, já que, pelo que eu saiba, funcionário comissionado não tem horário fixo?”, inquiriu e, novamente, colocou que tudo se dera pela irresponsabilidade e incompetência do prefeito e de sua equipe, prefeito este, que, quando vereador, dizia que iria melhorar a educação na cidade. O Vereador Cinoê Duzo disse que o Prefeito Gustavo Stupp era um Pinóquio, personagem das estórias infantis, que não iria à reunião da próxima quarta-feira, porque não era bem-vindo ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo e disso nem fazia questão, mas que os pais de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

alunos da zona rural deveriam comparecer, em massa, e, para concluir, destacou que os reivindicantes podiam contar com sua ajuda. A próxima oradora foi a Vereadora Daniela Dalben Mota. Ela comentou que vinha analisando, com cautela, os escândalos publicados nos jornais e as acusações sobre superfaturamento, em licitações, no município; que os vereadores tinham que fiscalizar o que estava acontecendo, uma vez que o maior prejudicado era a população; que iria solicitar, independentemente, de posicionamentos de oposição, ou situação, a formação de uma comissão especial de vereadores, para investigação das licitações executadas entre os anos de 2013 e 2014, com a representatividade de todos os partidos, e que, daria entrada na propositura já na próxima sessão, solicitando o apoio dos pares. Depois, falou sobre o Projeto de Lei Complementar nº 14/2014, dispondo sobre alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 207/06, que estabeleceria o Estatuto do Magistério Público Municipal e respectivo plano de carreira e salários da rede municipal de ensino, na pauta da “Ordem do Dia”, para apreciação, aclarando que a matéria era polêmica e que tinha sido procurada por vários professores da rede, participando de várias reuniões. Explicou que o problema era relativo à jornada dupla de trabalho, especificamente, modificações ao Artigo 27, IX e X, da Lei Complementar 207/06, porque, na rede pública, existiam vários professores que dobravam a jornada e ela, então, havia solicitado ao Prefeito que retirasse a matéria, para reestudo. “Há um requerimento, para retirada do projeto de lei complementar, e espero que todos aprove, para mais tempo de estudo e para que possamos ouvir ainda mais os professores e votar um projeto que agrade a todos, porque o projeto é bom e ninguém deve sair prejudicado”, explicou. Para encerrar, parabenizou o Secretário Municipal de Esportes, Dirceu Paulino, pela iniciativa da Primeira Corrida Eaton Bem-estar, que aconteceu no Complexo Esportivo do Lavapés, sábado último, 6 de setembro, desejosa de que outras boas iniciativas iguais a essa fossem trazidas para o município. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Luiz Antonio Guarnieri, que relatou visita por ele feita ao aterro de resíduos sólidos da cidade, gerenciado pela empresa Cidade Brasil, prestadora do serviço, oportunidade na qual observara a necessidade premente da compra de maquinário para otimização do serviço. Por esta razão, apresentava duas indicações, a primeira, sugerindo a compra de equipamentos para trituração de galhos e caminhões e, a segunda, para a instalação de alambrados no local, procurando evitar a invasão de clandestinos, lembrando ainda, que a compra ajudaria substancialmente o serviço, que era constante no aterro, e resolveria muitos problemas. Prosseguindo, falou sobre o transporte escolar rural, ratificando que eram inúmeras as reclamações; que a situação beirava à loucura, que era lamentável o que estava acontecendo com as crianças e, para exemplificar, citou vários exemplos, tais como, crianças, que estavam acordando duas horas antes do horário que costumavam levantar, e outras crianças, que tinham saído para a escola, mas não tinham retornado às suas casas. Afirmou que tais fatos demonstravam falta de responsabilidade, repetiu que se tratava de uma verdadeira loucura, lamentou pelas crianças, que tinham desejo de estudar, de progredir, mas não conseguiam, e clamou por cuidados nesse aspecto. Destacou que a Secretária Municipal de Educação, a ex-vereadora Márcia Róttoli Masotti, tinha que ‘olhar com mais carinho’ à situação e se reportou à fala do Vereador Cinoê Duzo, concordando que a reunião, programada para quarta-feira, era tardia, numa longa espera, e que, a reunião deveria ser realizada de forma urgente, ‘a toque de caixa’, pois o problema era grave, e conclamou a todos a lutarem, sem posicionamentos de situação, ou oposição, para que a prestação de tal serviço fosse boa, algo que não estava acontecendo. Lembrou ainda, que a licitação, para contratação do serviço, havia sido postergada inúmeras vezes e que, o projeto de lei, remetido para sanar a situação, evidentemente, ‘deixava de lado todas as pessoas do transporte, muitas vezes, empresas familiares, que estavam desenvolvendo um trabalho de qualidade’. “São licitações direcionadas, mal qualificadas,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

são inúmeros os casos, que vêm acontecendo e é necessário parar com essas atividades, ver o que está ocorrendo, porque do jeito como vai, vai muito mal”, frisou e concluiu sua fala. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi, que manifestou sua indignação com o atual momento do transporte escolar rural, que estava sendo feito com veículos do município, de forma muito ruim, com vários relatos de crianças que não estavam retornando às suas casas, levando muitos pais ao desespero, e de estudantes do período noturno, que estavam sendo prejudicados. Disse que eram muitos os problemas e contou, então, que pedira ao Secretário Municipal de Governo, Jonas Alves Araújo Filho, um encontro com o prefeito, para trato da questão, e que a agenda fora marcada às 9 horas da quarta-feira, dia 10 de setembro. “Espero que o prefeito esteja presente, já que é difícil falar com ele”, salientou. Por fim, reportou-se ao requerimento que apresentou, solicitando que a administração efetuasse o pagamento das empresas que haviam realizado o transporte rural, no mês de junho do corrente ano, as quais, até o momento, não tinham recebido seus honorários. “Aguardamos uma resposta, pois essas pessoas trabalharam e têm o direito de receber”, finalizou. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela teceu duras críticas à administração municipal, afirmando que o prefeito administrava a cidade já há vinte meses, sabedor que era de que o contrato do transporte rural precisaria ser renovado e, mesmo assim, tinha postergado o assunto, deixando de renová-lo. Lembrou que a Secretaria Municipal de Educação tinha como gestora uma ex-vereadora que, na administração anterior, quando em tribuna, no uso da palavra, não perdoava nenhum deslize, nem admitia erros. Assim sendo, a vereadora do PSDB exigiu que a Secretária Márcia Róttoli Masotti resolvesse o problema do transporte escolar, imediatamente. Relatou que a visitara, na semana passada, na Secretaria de Educação, que a gestora lhe havia dito que, ciente de que a licitação poderia ser contestada, pelo Tribunal de Contas, ela já estaria treinando os motoristas e tinha ônibus preparados



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para o serviço, sendo esta a verdade dos fatos. “Ela sabia que haveria contestações e que o TC receberia apontamentos dos empresários do transporte escolar rural, portanto, não há desculpa”, colocou. Dirigindo-se aos pais de alunos presentes, disse que eles deveriam comparecer à reunião marcada para a quarta-feira, dia 10, para exigirem um transporte decente, porque ela, vereadora, não seria convidada, uma vez que não era bem-vinda ao Gabinete do Prefeito. “A Secretária terá de mim a mesma cobrança que ela fez, em todos os seus mandatos, porque ela sabia que se tratavam de vinte e oito rotas e mil e quinhentas crianças, crianças que desejam estudar, portanto, não há desculpa alguma, ela vai ter que se ‘virar nos trinta’, cuspiu para cima o tempo todo, caiu-lhe na cabeça, e era dessa mesma forma que agia a Márcia Róttoli e digo também, que se existe alguém que pede muito pouco, tais pessoas são os agricultores, que apenas pedem segurança e um transporte decente para seus filhos, lembrando ainda, que o nosso Produto Interno Bruto, devemos a eles”, enfatizou e concluiu. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que se posicionou solidário aos pais dos alunos da zona rural, colocando-se à disposição e afirmando que compareceria na reunião, a menos que ele fosse impedido. Depois, comentou as indicações que apresentou, a saber, para limpeza da área verde, acima do Complexo Lavapés - Zerão, próxima ao kartódromo, que estava repleta de muito lixo, e para limpeza da mina d’água, localizada no Bairro CECAP. Sugeriu também, o nivelamento de várias tampas de bueiros do SAAE, localizados na zona leste da cidade e no Morro do Sufoco, objetivando a prevenção de acidentes, bem como solicitou informações sobre os hidrantes, instalados em Mogi Mirim, e em quais situações se encontravam, como atitude preventiva, pedindo por uma resposta imediata, porque não era esta, a primeira vez, que perguntava tais dados à administração. O vereador do SDD também requereu saber qual a real situação das obras, que estavam sendo realizadas no Parque das Laranjeiras, uma vez que o Secretário de Obras, Wilson Rogério, havia dito que o asfalto começaria em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

janeiro, até a Rua 31, inclusa na parte 1, do loteamento, e que os postes e a iluminação estariam prontos até a referida data. “Estamos lá, no bairro, e não é isso que vemos, porque as obras estão estacionadas na Rua 20, o tempo urge e, por isso, pedimos esclarecimentos por parte da Secretaria, no papel, via requerimento, porque as chuvas se aproximam e o serviço ficará enrolado, quando precisamos urgência nisso”, destacou. Por fim, mencionou um massacre de pássaros, ocorrido na Vila São João, levando-o a crer que algum morador tivesse colocado veneno, na praça da vila, levando à mortandade de pássaros, Joões-de-Barro, Bem-te-vis e muitos pombos e ainda, informou que um cão havia ficado adoecido. “A TV Record veio fazer reportagem a respeito, digo que muitos apreciam e cuidam do meio ambiente e nós lutamos pela cidade melhor, para morar e viver, e nada melhor que praças, com árvores e com pássaros, então, fizemos a denúncia sobre o ocorrido e lamentamos o massacre”, colocou e finalizou sua fala. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires que, desde logo, afirmou que compareceria à reunião para trato das questões do transporte escolar rural, independentemente, de ser convidado, ou não. “Não tem isso, de que não foi convidado para a reunião, ou de que não frequenta o gabinete do prefeito, porque todo vereador eleito tem por obrigação participar, independentemente de partido político, porque ele é representante do povo, então, temos que participar sim, invadir o gabinete e comparecer à reunião, custe o que custar e eu não fui convidado e vou!”, destacou. Relatou ter sido questionado por várias pessoas, sobre os problemas no transporte rural, e de ter comentado a grave situação com a própria mãe do prefeito, que disse não estava sabendo de nada. Mais uma vez falou que todos os representantes da população, os dezessete vereadores, deveriam comparecer à reunião, encher o Gabinete do Prefeito, porque de nada adiantava a presença somente da base aliada, uma vez que a oposição tinha que participar também. Afirmou que o prefeito não era o único Pinóquio, mas que havia vereador também, que era Pinóquio, e que os edis



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tinham que serem firmes e não darem desculpas para não irem à reunião, dizendo que ‘não eram bem-vindos’ ao gabinete, porque a população sabia quem era o verdadeiro Pinóquio na cidade, aquele que se ausentava na hora crítica, para contar vantagens depois. “Quem votou contra o povo é o vereador, que vem para a tribuna, mentir para a população, contar estórias, falar bonito, enganar a população; o Vereador Gasparzinho, o Sombra, que se ausenta e surge para pegar votos do povo, e vou dizer mais uma vez, que desconheço quem trouxe verbas para Mogi Mirim, a não ser os deputados do nosso partido, o PPS, então, esse não merece o voto de confiança e a população tem que ficar esperta”, aclarou e concluiu. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Daniel Gasparini dos Santos. Ele disse que a cidade era feita de gente e que tal citação deveria ser levada até a Secretaria de Educação. Criticou o desrespeito para com o transporte escolar rural, a falta de vagas nas creches e o desprezo para com os professores, que aguardavam o projeto sobre o plano de carreiras. Disse que a impressão que ele detinha, era a de que se estava brincando com o povo, não sendo mais possível prosseguir dessa maneira. Com relação à reunião, programada para a quarta-feira, aclarou que uma primeira reunião já tinha sido realizada, para definir algumas coisas, e que, o que se tinha definido nessa primeira, era que outra reunião deveria ser realizada, trazendo-lhe indignação. “Temos que resolver o problema e não ficarmos em reuniões e reuniões, porque as crianças estão passando apertado, as pequenas empresas do transporte estão demitindo seus funcionários e precisamos resolver as coisas, buscar soluções, portanto, todos têm que se envolver, não dá mais para errar tanto e precisamos solucionar os problemas”, colocou e encerrou sua fala. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que disse ter ouvido atentamente os discursos de seus colegas e que, não estava para criticar nenhum deles, pois todos tinham direito de falar o que quisessem, mas que não poderia ficar calado, em relação ao transporte escolar. Falou que os vereadores opositores ocupavam a tribuna, gritavam,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

buscavam pelos culpados e exigiam atitudes e que ele, orador, pensava justamente o contrário, ou seja, de que se deveria esperar até a reunião da próxima quarta-feira, para uma conversa com os responsáveis e uma solução eficaz, porque ir à tribuna e acusar, não resolveria de forma prática o problema. “O que mais ouvimos foram os vereadores da oposição, que dizem que precisamos nos unir, então, vamos ver se vamos realmente nos unir”, ponderou o Edil. Aclarou que ficara sabendo da reunião naquela data, que não havia sido convidado, mas que compareceria de qualquer forma. Depois contou de sua infância, passada num sítio, e de sua educação na zona rural. Disse que era inadmissível a criança demorar para chegar em casa, às vezes, chegando quase à noite. “Penso que todos estejamos convidados para a reunião da quarta-feira e a nossa preocupação é para que se resolva, ao invés de vereadores gritando e acusando, em tribuna, e dizendo que o ex-prefeito é santo, quando sabemos que, se fosse santo, não teria suas contas rejeitadas por tanto tempo, e pergunto ainda: onde está o megaempreendimento, que foi anunciado em seu governo, para Martim Francisco, megaempreendimento que a população está esperando até hoje?”, inquiriu e concluiu. O Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, usou da palavra para endossar as palavras do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, abordando as questões do transporte escolar, afirmando que a função do vereador era defender a população e que todos, sem distinção, deveriam comparecer à reunião, agendada para quarta-feira, no Gabinete do Prefeito. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h18, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). No interstício, conforme requerimento verbal do Vereador Luiz Guarnieri, aprovado por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de orador regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para que adentrasse ao Plenário o *Senhor Jacinto Cardoso*, que abordou questões relativas ao *meio ambiente e à área da saúde humana*, cujo discurso foi gravado em formato digital, à disposição nos arquivos da casa por trinta dias. Decorrido o interstício regimental a que se refere o Artigo 105 e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO**: “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do **Artigo 171 do Regimento Interno**: 1. Projeto de Lei nº 93, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre permissão de uso, a título precário e sem ônus, de bem público que especifica à 2ª Companhia de Polícia Militar de Mogi Mirim, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento; (submetido a votos, sessão de hoje, a Casa aprovou, Turno Único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 93/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO** : “**ex-vi**” do disposto no inciso IV, do **Artigo 172 do Regimento Interno**: 2. Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 207/06, que estabeleceu o Estatuto do Magistério Público Municipal e respectivo plano de carreira e salários da rede municipal de ensino”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Ofício s/nº, datado de 08 de setembro de 2014, subscrito pelo Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo A. Stupp, solicitando, na forma do inciso VII, do Artigo 156, combinado com os Artigos 113, § 5º, III e 163 §2º todos da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), a *retirada, para reestudo*, do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Projeto de Lei Complementar nº 14/2014, de sua autoria, constante da Pauta da “Ordem do Dia” da presente sessão; (posto a votos, sessão de hoje, a Casa aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Ofício s/nº, do Prefeito de Mogi Mirim); (retire-se; devolva-se o processado ao Chefe do Poder Executivo). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os próximos oradores inscritos, Vereadores Dayane Amaro Costa e Ary Augusto dos Reis Macedo, desistissem da palavra, fez uso da mesma, na sequência, a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que prosseguiu em seu discurso, iniciado durante o “Expediente”, sobre a administração 1997-2004, feita pelo esposo, o ex-prefeito Paulo de Oliveira e Silva. Relatou que fazia a exposição dos feitos do ex-prefeito, a pedido dos filhos do casal, que tinham emoldurado uma página de jornal, contendo matéria sobre o pai, subscrita pelo jornalista Mauro Adorno, o qual elogiava os atos de Paulo de Oliveira e Silva e dizia que, até hoje, Mogi Mirim sobrevivia das indústrias captadas em seu governo. Destacou que não só Mauro Adorno, mas muitas outras pessoas importantes, na cidade, faziam o mesmo elogio a Paulo de Oliveira e Silva e, focando em outro ponto, discorreu sobre uma leitura explicativa que fizera, recentemente, de como era possível reconhecer pessoas corruptas e corruptores, aclarando, então, que era possível perceber tal característica naqueles que, errando, não reconheciam a falha em si, mas indicavam outras pessoas como culpados, simplesmente, apontando o dedo para os outros, como forma de defesa, como se a falta do outro justificasse os próprios erros. “Onde vamos chegar assim?”, perguntou e, ato contínuo, passou a discorrer sobre a ação da ‘Fazendinha’, que deixara seu marido inelegível, aclarando que, à época, a ação se iniciara por improbidade administrativa, quando apenas se pretendia fosse paga multa e afastado o gestor. Relatou que, depois disso, houve um recurso, para que pessoas que não tinham sido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ouvidas, anteriormente, pudessem ver ouvidas, o que ocorreu, levando-se ao desfecho atual. A vereadora leu trecho da finalização do relator desembargador. “A conduta dos requeridos resultou em tumulto ao erário municipal, pois é lógico que a atual administração, para dar integral cumprimento ao acordo firmado com a CESP, terá que usar o dinheiro público destinado a outras necessidades. Mas não se nega também, que na época em que o dinheiro foi repassado para a conta de movimento livre do município, a administração, ao utilizá-lo para outros fins, deixou de usar o dinheiro dos impostos para esses outros fins, o que, no meu entender, dispensa a condenação dos requeridos à devolução desse valor aos cofres municipais, já que não se beneficiaram, particularmente, do dinheiro e esse valor, ainda que de forma inadequada, permaneceu na conta do município e foi usado para despesas públicas”. “Portanto, no final, foram inocentados, porque o dinheiro foi retirado de uma conta e repassado à outra, sem o aval da Câmara, apenas por isso, e o próprio desembargador fez questão de colocar que não houve improbidade administrativa e que tudo estava justificado”, declarou e encerrou sua fala. Como os próximos inscritos, Vereadores Leonardo David Zaniboni, Waldemar Marcurio, João Antonio Pires Gonçalves, Manoel Eduardo P. C. Palomino, Osvaldo Aparecido Quaglio, Cinoê Duzo, Daniela Dalben Mota, Luiz Antonio Guarnieri, Jorge Setoguchi e Maria Helena Scudeler de Barros, desistissem da palavra, dirigiu-se à tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares que, primeiramente, agradeceu a provação de sua Moção, apresentada em parceria com a Vereadora Dayane Amaro Costa, propondo votos de congratulações e aplausos para com o Corpo de Bombeiros de Mogi Mirim, pela atuação no combate ao incêndio, ocorrido em 29 de agosto de 2014, no Horto Florestal, às margens da Rodovia SP – 147, lembrando ainda, de seu pedido para aumento do efetivo, porque a demanda de serviço era intensa, haja vista o período das queimadas. O Vereador também parabenizou o orador inscrito em Tribuna Livre, Sr. Jacinto Cardoso, que explanou sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

situação das UBSs e sobre o meio ambiente e havia passado muitos dados importantes, dizendo que, enquanto vereador, tinha interesse no assunto, uma vez que, em sua fala, o cidadão tinha citado, diretamente, a UBS da Vila Dias. Isto levou o Vereador Luís Roberto a solicitar, ao orador da Tribuna Livre, cópia dos papéis que ele tinha citado durante sua apresentação. Depois, ainda relativo ao meio ambiente, recordou sobre a Caminhada Constitucionalista Afonso Sambrana – 9 de Julho, com percurso entre as cidades de Mogi Mirim e Itapira. Lembrou que durante o percurso, os participantes tinham deparado, pelo caminho, com várias carcaças de animais mortos. Relatou também, que estivera percorrendo a Estrada do Boa, por esses dias, quando se deparara com um telefone público danificado, levando-o a apresentar indicação, sugerindo o conserto e a manutenção do ‘orelhão’, bem como a limpeza no local, e, seguindo adiante, em seu caminho, até o antigo canal do Boa, ele se deparara com um verdadeiro cemitério de carcaças de animais, obrigando-o a solicitar uma total vistoria naquele local de desova clandestina de carcaças. “A prefeitura tem um trabalho de retirada dessas carcaças, mas o problema é a burocracia, portanto, eu fiz um requerimento, para sabermos quem é a empresa que executa o serviço e qual contrato ela tem com a Prefeitura, porque o munícipe liga para a Prefeitura, a Prefeitura manda o munícipe ligar na empresa; o munícipe liga na empresa, a empresa manda o munícipe ligar na Prefeitura, num jogo de empurra sem fim”, disse e finalizou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, que voltou o seu discurso ao Vereador Luís Roberto Tavares. Afirmou que não o chamara de mentiroso, na última sessão, mas dissera que os vereadores não poderiam se deixar passar por mentirosos; que tinha encontrado o vereador do SDD e o seu assessor, no Scooby Doo Lanches, na mesma noite de segunda-feira, após a sessão; que nem o vereador e tampouco o seu assessor tinham tido coragem de chegar até ele, orador, e falar sobre algum incômodo, ou sobre o que estava acontecendo; que estava chateado com o Vereador Luís



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Roberto Tavares, porque ele deveria ter discutido os assuntos relativos aos projetos votados naquela noite com ele, Vereador Laércio Pires, e não ‘intermediar a questão pelo assessor, que havia feito graça no Facebook’; que fora atacado pelo assessor do Vereador Luís Roberto Tavares no Facebook; que o Vereador Luís Roberto, enquanto no exercício da vereança, tinha obrigação de se dirigir a ele, orador; que jamais tinha visto, durante seus anos como vereador, nenhum assessor ‘bater de frente’ com vereador, mas que o assessor do Vereador Luís Roberto assim fizera; que desejava o Vereador Luís Roberto Tavares solicitasse ao seu assessor, que se retratasse no Facebook; que o Vereador Luís Roberto Tavares ficava falando nos bastidores, que também tinha documentos; que não desceria ao nível de ofender o Vereador Luís Roberto Tavares, mas desejava a retratação on-line; que nunca maltratara o assessor do Vereador Luís Roberto Tavares; que este não era papel de vereador, pessoa que representa a comunidade; que ambos eram homens e não precisavam ser intermediados pela assessoria; que o fato exposto se dera na página do Eleições Mogi; que o feito do assessor demonstrava covardia, chegando ao cúmulo do absurdo; que ele, Vereador Laércio, era vereador e não iria tirar satisfação pessoal com assessor, mas estava chateado e revoltado e não admitia o ocorrido, que o assessor havia publicado calúnias com seu nome e que, o cidadão de bem tinha que ser respeitado na Casa de Leis de Mogi Mirim. “Gosto da sua pessoa, Vereador Luís Roberto Tavares, sempre lhe tratei bem, mas não apreciei ter sido atacado pelo seu assessor, no Facebook, fazendo graça com meu nome”, frisou e concluiu. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que se reportou ao assunto objeto de Tribuna Livre, saúde e meio Ambiente, colocando que se o orador, Jacinto Cardoso, havia pedido a união e a colaboração dos dezessete vereadores, questionava-o por que mencionara o nome de apenas seis ou sete edis. “Se ele quer o apoio de todo o Poder Legislativo de Mogi Mirim, por que citou o nome de apenas seis ou sete vereadores?”, inquiriu e, com relação ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desabafo do Vereador Laércio Pires, salientou que tinha bom relacionamento com o Vereador Luís Roberto Tavares e com o seu assessor, mas que não achava correto que nenhum assessor atacasse membros do Poder Legislativo, porque atrás de um grande político, exista sempre uma grande assessoria, e o episódio fora uma falta de respeito. “Foi uma falta de respeito e se chegar a este ponto, eu não me candidato mais a nenhum cargo político, pois temos a tribuna, condições de nos expressar, todo o decorrer da semana para discutir assuntos de interesse real da população e, pelo sim, ou pelo não, somos, de fato, autoridades no município, portanto, o assessor deve se retratar e vamos seguir em frente”, ponderou e concluiu. O último orador foi o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que parabenizou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, pelo transcurso de seu aniversário, pedindo aos pares que o saudassem com uma salva de palmas, o que foi feito. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do Senhor *Sebastião Dovigo Filho*, a pedido da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Cumprida dita providência e nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h26, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM